

HONRAR O NOSSO NOME

Maria Joao Rodrigues 2010.10.13

Nos proximos dias a nacao portuguesa sera colocada perante uma escolha : ser capaz de adoptar um orçamento dificil de contenção ou enfrentar o maior choque financeiro, económico e social de que tera memoria. Não tenhamos qualquer ilusao: no presente contexto de mercados financeiros pouco regulados e de fraca solidariedade europeia, a incapacidade de adoptar este tipo de orçamento conduzira a suspensao de credito a Portugal, seguida de uma sucessão de mais cortes orçamentais. Mais do que isso, vira a humilhacao internacional: Portugal perdera no mundo a imagem que possa ter de gente aberta, trabalhadora e combativa para passara significar gente indisciplinada e impotente. Varias oportunidades para o nosso futuro comum podem desaparecer por uma geração.

No entanto, a questao colocada a cada portugues não e só como quer ser visto, mas como quer ser. Dar um sinal claro de contenção perante um orçamento em franco desequilibrio e fundamental -desde que a sobrecarga seja distribuida de forma justa- mas não chega. E preciso tambem apresentar um plano de medio prazo sobre como pretendemos retomar o crescimento e atacar o nosso problema central de viabilidade, que não é o déficit público mas o desequilibrio na balança de pagamentos, entre aquilo que produzimos e consumimos. O segredo, já bem compreendido pelos paises europeus mais competitivos, esta em focalizar as politicas publicas e as iniciativas da sociedade civil no sentido de produzir produtos e serviços com mais valor acrescentado. Para isso, é preciso partir dos avanços já conseguidos na politica educativa, cientifica e tecnologica para desenvolver uma verdadeira estrategia de inovação, que Portugal ainda não tem.

E fundamental apresentar nas instancias europeias não só um orçamento de responsabilidade fiscal, mas tambem um plano para o crescimento e o emprego com este nivel de ambición. E como este ate esta ser pedido, e melhor que seja discutido e plenamente assumido pela sociedade portuguesa.

Estes dois passos são uma pre-condicao para um terceiro que e tambem decisivo. Trata-se de influenciar o sentido da reforma da governação económica da União Europeia, que esta agora em curso, e que vai marcar profundamente o nosso futuro, qualquer que seja a cor politica do governo portugues. Com efeito, o proximo Conselho Europeu de 28 de Outubro ira aprovar a maior reforma de sempre do Pacto de Estabilidade no que respeita a disciplina fiscal. Propõe-se que, doravante, os Estados Membros que não consigam reduzir os seus defices públicos claramente abaixo dos 3%, as suas dividas publicas, os seus defice externos ou a sua divida privada externa sejam alvos de sancões que irao desde depósitos forçados, multas a perdas dos fundos estruturais, mesmo que as suas taxas de desemprego estejam elevadas. Esta reforma, se não for acompanhada de novos instrumentos europeus de apoio ao crescimento, deveria ser inaceitavel. Ela viola o sentido mais profundo do compromisso que tem presidido a

construção da União Europeia e da zona euro, e que é do combinar responsabilidade fiscal, solidariedade e cooperação para o crescimento.

A liderança portuguesa tem de estar em condições de vir a este Conselho Europeu de Outubro dizer: estamos a fazer o nosso trabalho de casa, preparamos um orçamento que será duro para muitas famílias portuguesas, mas também um plano para voltarmos a crescer, criar emprego e ter um futuro. Por isso, não podemos aceitar este compromisso para reformar a governação económica. É injusto para nós e suicidário para a Europa. Precisamos de um outro compromisso que preveja também instrumentos de apoio ao crescimento. Uma voz assim tem que ser ouvida e será a melhor forma de honrar o nosso nome.